

Aviso n.º 15187/2011**Lista unitária de ordenação final — procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de dois posto de trabalho na carreira de técnico superior para a Divisão Económico-Financeira.**

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, se torna pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao referido em título, aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 76 de 18 de Abril de 2011, a qual foi homologada por meu despacho de datado de 22 de Julho de 2011.

Lista de Ordenação Final dos Candidatos

Silvia Cristina Matos da Silva Ribeiro — 14,47 valores
 Maria Manuela Farinha Nogueira — 13,20 valores

25 de Julho de 2011. — O Presidente da Câmara, *José Farinha Nunes*.

304957796

MUNICÍPIO DE SINES**Aviso n.º 15188/2011**

Para os devidos efeitos, se torna público que por meu despacho de 1 de Abril de 2011 e ao abrigo do disposto nos artigos 23.º, 24.º e 37.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Janeiro, aplicável à Administração Local por força do disposto no Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foram autorizadas as renovações das comissões de serviço, por um período de mais três anos, com efeitos a partir de 2 de Julho de 2011 aos dirigentes que a seguir se indicam:

Carlos Manuel Gonçalves Sampaio Pedroso, no cargo de Direcção Intermédia de 1.º grau, Director de Departamento de Obras Municipais e Serviços Urbanos;

Miguel Inácio Félix Cruz Falcão, no cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Obras Municipais.

04 de Abril de 2011. — A Vice-Presidente da Câmara, *Marisa Rodrigues dos Santos*.

304949525

MUNICÍPIO DE TRANCOSO**Aviso n.º 15189/2011**

Para efeitos do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, torna-se público que por meu despacho de 20 de Julho de 2011, no uso da competência que me confere o n.º 2, al. a), do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e na sequência do Procedimento Concursal Comum, para recrutamento de um assistente operacional (área de actividade: Jardineiro) na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 801/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5 de 7 de Janeiro, vai ser celebrado contrato de trabalho com Delfim Alves Garcia, com efeitos a 1 de Agosto de 2011, para a categoria de assistente operacional, da carreira de assistente operacional, com a remuneração correspondente à 1.ª Posição remuneratória e ao nível 1 da tabela remuneratória única, no montante de 485€.

Nos termos da alínea a) do artigo 76.º do RCTFP, terá lugar o respectivo período experimental, sendo igualmente aplicável a este período, o previsto nos n.º(s) 2 e 3, do artigo 73.º do mesmo Diploma, aprovado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, conjugados com o n.º 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

21 de Julho de 2011. — O Presidente da Câmara, *Julio José Saraiva Sarmiento*.

304945442

MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO**Aviso n.º 15190/2011****Procedimento Concursal para recrutamento de 1 posto de trabalho de Técnico Superior — Arquitecto, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.**

No seguimento do procedimento concursal, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 139, de 20 de Julho, na Bolsa de Emprego Público, sob o n.º OE201007/0527 e no Jornal Correio da Manhã, de 24 de Julho, todos do ano de 2010.

Decorrido o prazo de audiência aos interessados, preceituado no n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, efectuada nos termos do artigo 30.º da mesma Portaria, verificou-se haver pronunciamiento por parte da candidata Sónia Andreia da Silva Lamela a qual obteve os devidos esclarecimentos em tempo útil.

Assim para os efeitos consignados no n.º 6 do artigo 36.º da referida Portaria, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final Homologada do Procedimento Concursal em epígrafe, afixada na secção de administração de pessoal da Câmara Municipal de Viana do Castelo e publicitada na página electrónica desta Autarquia em www.cm-viana-castelo.pt.

12 de Julho de 2011. — A Vereadora da Área de Recursos Humanos, *Ana Margarida Ferreira da Silva*.

304921458

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA**Aviso n.º 15191/2011**

Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que nos termos do n.º 1 do artigo 9.º-C aditado ao Decreto-Lei n.º 93/2004 de 20 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 104/2006 de 7 de Junho, cessou o cargo de Director de Departamento Municipal de Património, cargo de direcção intermédia de 1.º grau com efeitos a 29 de Junho de 2011, o técnico Superior Eng. Rui Jorge Almeida Cardoso.

15 de Julho de 2011. — O Director Municipal de Administração e Finanças, por subdelegação de competências, *Dr. A. Carlos de Sousa Pinto*.

304926504

Aviso n.º 15192/2011

Luís Filipe Menezes Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, faz público que:

Foi nomeado, para o cargo de Director Municipal de Acção Social e Qualidade de Vida, Eng. Mário Armando Martins Duarte, em comissão de serviço por três anos, com base no seu despacho de 11 de Março de 2011, ratificado por unanimidade em reunião de Câmara Extraordinária de 23 de Março de 2011, que a seguir se transcreve:

Que foi publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 239 de 11 de Dezembro de 2009 a Estrutura Nuclear da Organização dos Serviços do Município de Vila Nova de Gaia que prevê, na sua orgânica, a existência do cargo de Director Municipal de Acção Social e Qualidade de Vida.

Que de acordo com o artigo 40.º da nova Estrutura Nuclear, o Regulamento, o Organograma, ficou automaticamente revogada a anterior estrutura de funcionamento dos serviços e, naturalmente, as comissões de serviços dos titulares de cargos dirigentes;

Que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, na redacção dada pela Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho o cargo do Director Municipal é cargo de direcção superior, de 1.º grau;

É urgente o provimento do titular do cargo de Director Municipal de Acção Social e Qualidade de Vida, cuja comissão de serviço cessou pelo provimento no cargo de Director Municipal da Presidência do seu anterior titular.

Que de acordo com o disposto no artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004 de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006 de 7 de Junho, o recrutamento para os cargos de direcção superior do 1.º grau, em que se inclui o cargo de Director Municipal, pode ser feito, por escolha, de entre indivíduos licenciados, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam